



## **PROGRAMA DE CONTABILIDADE**

### **MANUAL DE APOIO PARA A LEGALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ASSOCIATIVA**

A recente evolução das exigências de carácter legal envolvendo diversos procedimentos como, e a título de exemplo, os formalismos obrigatórios para aceder a subsídios e outros apoios do Estado, das Autarquias, etc., implicaram a obrigatoriedade de terem estatutos registados em escritura pública, de possuírem NIFC - Numero de Identificação de Pessoa Coletiva, de submeterem às Finanças a Declaração de Início de Actividade, de estarem inscritas na Segurança Social independentemente de terem ou não funcionários, de terem contabilidade organizada ou assegurar escrituração de movimentos em Regime de Caixa conforme os respetivos rendimentos, de estarem obrigados à apresentação anual (exclusivamente via internet) o Modelo 22, entre outras exigências, colocou aos clubes a imprescindibilidade de se atualizarem e sobretudo de se organizarem corretamente no plano formal e fiscal.

Para além dos imensos problemas a que os clubes ficaram sujeitos por qualquer incumprimento neste plano deve-se ter em conta que a não regularização destes aspetos implica coimas que, em alguns dos formalismos acima indicados, atingem um montante bastante significativo.

Apercebemo-nos que um número significativo de clubes não se encontravam a funcionar respeitando tais exigências o que podia ter consequências a muito curto prazo pelo que, face à urgência, decidiu a Direção da FPC chamar a si uma das competências das Associações (estrutura intermédia em que também estão associados os clubes) na ajuda às coletividades columbófilas. Assim, decidiu elaborar um Memorando de Ajuda que foi divulgado junto de toda a estrutura e destacámos quem entre a FPC, paralelamente às tarefas que já lhe estão atribuídas, passasse a apoiar os clubes que o solicitassem em tudo a que se referia o memorando. Como é óbvio, a FPC não se pode substituir aos clubes nas ações concretas da respetiva regularização, além do mais porque não tem, nem poderá ter, poderes de representação nesse plano. Do que se tratou foi de indicar caminhos, metodologias e, nos casos em que tal for exequível e absolutamente necessário executar, procedimentos que tornassem mais rápida e fácil a correção da situação.

### **A normalização contabilística para as empresas do setor não lucrativo**

O Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março aprovou o regime de normalização contabilística para as ESNL- empresas do setor não lucrativo. Criando, portanto, regras contabilísticas próprias e aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos, ou seja, que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

Entre as ESNL cabem pessoas coletivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações, etc. O que quer dizer que os clubes columbófilos estão abrangidos entre aquelas entidades.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE COLUMBOFILIA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

---

De acordo com o referido DL a aplicação temporal da norma contabilística estatuída para as ESNL aplicava-se em 1 de Janeiro de 2011, desde que fosse essa a opção destas entidades, ou a partir de 1 de Janeiro de 2012 obrigatoriamente para todas as entidades. Isto quer dizer que ano económico de 2012 devia ser contabilizado respeitando a norma.

O DL impôs regras diferentes, consoante se tratassem de ESNL com vendas e outros rendimentos em cada um dos dois exercícios anteriores superiores ou inferiores a 150.000€. As que tinham rendimentos superiores a 150.000€ ficaram obrigadas a contabilidade organizada e a Técnico Oficial de Contas (TOC), as que tinham rendimentos inferiores a 150.000€ ficaram sujeitas a um Regime de Caixa, não carecendo portanto nem de contabilidade organizada nem de TOC.

A esmagadora maioria dos clubes columbófilos não têm movimento superior a 150.000€ pelo que estão apenas obrigados a uma escrituração mais simplificada, ou seja, ao Regime Caixa. Tal escrituração implica a apresentação de documentos de pagamentos e recebimentos, à escrituração de património fixo e dos direitos e compromissos futuros. A Portaria 105/2011 define os Modelos de escrituração a que estão obrigados esses clubes. Ainda que não tenham que entregar na respetiva repartição da Autoridade Tributária Aduaneira (Finanças) as contas deste modo, obrigatoriamente escrituradas, os clubes nestas circunstâncias têm que guardar todos os documentos a que se refere o Regime Caixa de modo a que estejam disponíveis a eventual solicitação da referida Autoridade.

Tendo em conta o carácter amador e, em muitas circunstâncias, as debilidades dos nossos clubes, mesmo num quadro de menor exigência legal no nível de escrituração contabilística, a Direcção da FPC decidiu elaborar uma aplicação informática em Excel (com fórmulas e folhas de cálculo bloqueadas) de modo a tornar ainda mais fácil e simples a escrituração que, repete-se, é agora obrigatória por lei. A aplicação além de facilitar a escrituração constitui um processo de ajuda na organização das tarefas inerentes ao desenvolvimento da atividade columbófila. A aplicação agiliza processos e com uma pequena formação é de muito fácil utilização, mesmo para aqueles que, conhecendo minimamente o modo de operar de um computador nunca trabalharam em Excel.

Procura-se, deste modo, cumprir com grande sentido de oportunidade uma promessa programática e simultaneamente fazer dotar os clubes de uma ferramenta que facilite o cumprimento das exigências legais.

Para os clubes com movimento superior a 150.000€ ou um número médio de funcionários superior a cinco não há outra alternativa que não seja a Contabilidade Organizada com recurso a aplicações licenciadas para o efeito.

A aplicação ajuda também ao preenchimento do Modelo 22 a entregar via internet à Autoridade Tributária Aduaneira.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CUMBOFILIA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Simultaneamente enviou-se um manual de ajuda onde procurámos descrever, passo a passo, por ordem da sua concretização, todas as ações que uma coletividade tem de desenvolver, desde a sua criação até à sua completa legalização.

Nesse manual são abordados os seguintes tópicos:

- § Elaboração dos Estatutos
- § Certificado de Admissibilidade
- § Proceder a Escritura Pública
- § Pedido de Cartão de Pessoa Coletiva
- § Declaração de Início da Atividade
- § Inscrição na Segurança Social
- § Registo e pedido de acesso ao Portal das Finanças
- § Adesão à Segurança Social Direta
- § Assegurar Escrituração Contabilística

<b>CONTABILIDADE DE CLUBES</b>	
<small>Respeita a normalização contabilística para as ESNL-ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO. Obedece ao Regime de Caixa conforme exigências do DL n.º 36-A/2011 de 9 Março e do modelo previsto na Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março. Apenas é aplicável aos clubes que tenham tido em cada um dos dois últimos anos vendas ou outros rendimentos inferiores a 150.000€.</small>	
	
COLECTIVIDADE:	<input type="text" value="União Columbófila e Recreativa da Areosa"/>
N.º de Contribuinte:	<input type="text" value="502503939"/>